

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Concessionária Smart CPGI S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma companhia de ações de capital fechada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com sede na Rua Daniel Soares Martins, nº 78 Lote 14 Quadra D, Bairro Loteamento Pito Risso – Andradas, CEP: 37.795-000, Estado de Minas Gerais, que iniciou suas atividades em 16 de fevereiro de 2022.

Acionistas

Splice Indústria Comércio e Serviços Ltda.: pessoa jurídica com sede à Av. Juscelino K. de Oliveira, nº 154 – Blocos A, B, C – Bairro Lageado – Votorantim/SP, CEP: 18.110-901, inscrita no CNPJ sob o nº 6.965.293/0001-28 e com participação acionária de 70% e; RT Energia e Serviços Ltda.: pessoa jurídica com sede à Rua José Coppio, nº 110 – Santo Antonio – Lorena/SP, CEP 12.608-635, inscrita no CNPJ sob o nº 11.091.314/0001-63 e com participação acionária de 30%.

A Companhia tem por objeto exclusivo, sob o regime de Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa dos serviços de gestão, operação, otimização, modernização, expansão e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública bem como a exploração de seu potencial econômico por meio da obtenção de receitas acessórias com o Consórcio Público para Gestão Integrada que abrange os municípios de Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuina e Santa Rita de Caldas, todas situadas no Estado de Minas Gerais na modalidade de concessão administrativa, através do Contrato de Concessão Administrativa nº 001/2022 assinado em 30 de março de 2022 com duração do contrato de concessão de 25 anos.

O projeto prevê a instalação das luminárias, braços, postes exclusivos de Iluminação Pública, cabos do circuito exclusivo, conectores, e demais componentes integrantes da rede conforme previsto em contrato. As Receitas Acessórias (Previstas) – Captação e produção de energia solar, energia eólica, exploração de receitas pela disponibilidade de sinal de internet, instalação de câmeras de segurança, venda de crédito de carbono, entre outras.

Objetivos: modernização de 100% do parque de iluminação pública com luminárias com tecnologia LED ou de eficiência superior, eliminando a demanda reprimida no primeiro ano. Implantação do sistema de Telegestão em ao menos 50% do parque de iluminação, implantação do CCO e iluminação de destaque até o final do segundo ano.

Investimento

Equipamentos mecânicos e elétricos	9.114
Engenharia e supervisão	1.116
Obras de construção civil	877
Diversos	993
Total	12.100

Fonte de recursos

Recursos próprios	5.100
Empréstimos financeiros	7.000
Total	12.100

2. Base de preparação e elaboração das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são elaboradas e apresentadas de acordo com práticas contábeis adotados no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis em 31 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota Explicativa nº 4.2 - Contas a receber, receitas a faturar e diferidos**

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

4.1. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e

ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

iii) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

iv) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for **(i)** uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, **(ii)** mantido para negociação, ou **(iii)** designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes aos valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

4.2. Contas a receber, receitas a faturar e impostos diferidos

As contas a receber representam os valores devidos à Companhia, oriundos de prestação de serviço, conforme contrato de concessão. A Companhia efetua mensalmente em conta segregada, a provisão de valores de receitas a faturar (e em contrapartida clientes a faturar), devido as notas de prestações de serviços serem emitidas no mês seguinte ao período de realização de prestação de serviço conforme as medições. Também é feita provisão dos impostos diferidos sobre a receita a faturar. Quando a nota é efetivamente emitida, é feito reversão da provisão e efetuado a contabilização do documento fiscal.

4.3. Estoques

O estoque da Companhia é composto de materiais, utilizados para a manutenção e reposição do sistema de iluminação pública, visando a continuidade da prestação dos serviços de iluminação, conforme contrato de concessão.

Os estoques são avaliados pelo método de custo médio, que reflete o custo médio de aquisição dos materiais adquiridas para reposição ao longo do período. O valor contábil dos estoques é ajustado de acordo com o custo de aquisição.

A movimentação dos estoques dos materiais é controlada com base no consumo para manutenção e reposição das luminárias no sistema público de iluminação.

4.4. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos futuros incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, conforme as taxas mencionadas a seguir, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis e as taxas de depreciação estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil em anos	% - Depreciação por ano
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis	10 anos	10%
Computadores e periféricos	05 anos	20%

4.5. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

i) Ativos de contrato de concessão de serviços

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário:

Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder ao direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos (Nota explicativa nº 11).

ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

iv) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado.

A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil média estimada para o exercício corrente e exercício comparativo do intangíveis é a seguinte:

Softwares	05 anos
-----------	---------

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável.

4.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

i) Provisão de manutenção – Contratos de Concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente.

Em 2024 a política de provisão de manutenção era anual. Em 2025, foi alterada a política de provisões para mensal. Nota explicativa nº 11.1.

4.7. Receita operacional

i) Receita de manutenção

A receita operacional da prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. De acordo com os conceitos do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o reconhecimento de receita de contratos com clientes passou a ter uma nova disciplina normativa, baseada na transferência do controle do bem ou serviço prometido, podendo ser em um momento específico do tempo (*at a point in time*) ou ao longo do tempo (*over time*), conforme a satisfação ou não das denominadas “obrigações de performance contratuais”.

A apropriação da receita é mensurada pelo valor que reflita a contraprestação à qual se espera ter direito e está baseada em um modelo de cinco etapas: **(i)** identificação do contrato; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; **(v)** reconhecimento da receita.

4.8. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente despesas bancárias e juros passivos.

4.9. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 no trimestre para imposto de renda e

9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável trimestral (regime lucro real trimestral).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuições sociais correntes. Os impostos e contribuições correntes são reconhecidos no resultado do exercício e não temos benefícios tributários.

A companhia provisiona o imposto de renda e contribuição social sobre diferidos, conforme Nota Explicativa nº 4.2 e 19.

4.10. Operações de direito de uso e arrendamento mercantil

A IFRS 16/CPC 06 – Arrendamentos estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, a movimentação está na Nota Explicativa nº 11.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Taxa mensal utilizada para os arrendamentos é de 0,33% ao mês.

4.11. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado, o lucro líquido ou prejuízo do exercício e o seu montante por ação do capital social.

5. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2025, a reforma não gerou impacto financeiro direto. No entanto, diante da aprovação da LC nº 214/2025 a Companhia já iniciou estudos mais detalhados dos principais futuros impactos da citada reforma, incluindo planejamento estratégico, capacitação das áreas e segue monitorando a publicação de regulamentações complementares.

5.1. Novos pronunciamentos contábeis

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB), estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Companhia.

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

- **Alterações ao CPC 02 (R2) (IAS 21)** – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 – “Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras”, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025;
- **OCPC 10 e Resolução CVM nº 223/24** – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de Emissão e CBIOS: em dezembro de 2024, foi divulgado o OCPC 10, que estabelece diretrizes para reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS. A Resolução CVM 223/24 torna obrigatória a adoção da OCPC 10 para companhias abertas. As políticas contábeis devem explicitar o modelo de negócios, a classificação contábil (ativo/ou estoque), os critérios de mensuração inicial e subsequente e os impactos no resultado e no patrimônio líquido.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

5.1.1. Outros aspectos associados a divulgação

i) Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão.

Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Companhia está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

ii) Impactos contábeis relacionados a mudanças climáticas

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados nos curto e médio prazos, considerando os estudos e monitoramentos realizados.

iii) Impactos de tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos

Em 09 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre exportações brasileiras para os EUA, com vigência a partir de 1º de agosto de 2025 de setores como agronegócio, papel e celulose, siderurgia, aeronáutica e calçados. A medida gerou preocupação de autoridades e impacto imediato nas Companhias exportadoras, com variação de preços, maior volatilidade cambial e queda nos pedidos. A Administração da Companhia avaliou os potenciais impactos decorrentes de eventuais tarifas comerciais impostas pelos Estados Unidos sobre a importação de produtos de origem brasileira. Com base nas análises realizadas até a data de encerramento destas demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos relevantes nas operações, na posição financeira ou no desempenho econômico da Companhia. Dessa forma, não houve necessidade de reconhecimento ou ajuste nos valores contábeis dos ativos e passivos, tampouco impactos nas estimativas e julgamentos contábeis adotados pela Administração na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e eventuais mudanças no ambiente regulatório e comercial que possam impactar suas operações.

5.1.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• **CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações financeiras:** essa nova norma contábil substitui o IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações financeiras”, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

- Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado;
- Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial. A Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial;

- A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: **(i)** medidas de desempenho definidas pela administração; **(ii)** abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e **(iii)** para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1;
- No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1ª de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o CPC 51.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:**

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a Companhias em geral e não apenas a instituições financeiras.

As alterações:

- a)** esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- b)** esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- c)** adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- d)** atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”). As referidas alterações têm vigência a partir de 1ª de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

• **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza:** em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, descritos como “*contracts referencing nature-dependent electricity*”). Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem:

- i)** orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de *own use*;
- ii)** condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*); e
- iii)** divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

- **IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas:** Divulgações e alterações:

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

- **Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) – Volume 11:**

As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 – “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro”;
- IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7”.

Além destas, a Companhia não prevê que existem outras normas ou alterações de normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	3	4
Conta corrente	4	67
Aplicação financeira (i)	326	84
Total	333	155

(i) A aplicação financeira é da modalidade CDB e é atualizada pelo CDI com a taxa de 95%.

7. Contas a receber

O saldo de contas a receber apresentado no balanço, refere-se a valores provisionados dos serviços prestados a faturar em 2026. O saldo de clientes de notas fiscais emitidas em 2025, foi recebido dentro do exercício, e a companhia não possuía saldos de clientes vencidos. A totalidade das contas a receber encontra-se classificada como a vencer, conforme os prazos contratuais acordados com os clientes. Dessa forma, não foram identificados indícios de inadimplência ou necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa na referida data base.

	2025	2024
Clientes a faturar	409	391
Total	409	391

8. Tributos a recuperar

	2025	2024
PIS e Cofins	1	33
IPI a recuperar	112	112
IRRF a recuperar	13	43
IRPJ saldo negativo	101	47
INSS s/faturamento	290	160
Total	517	395

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

8.1 Movimentação IRRF a recuperar

	2025
Saldo inicial	43
Transferência para Saldo negativo	(43)
IRRF s/ faturamento	47
IRRF s/ aplicação financeira	5
(-) Baixa utilização no IRPJ (Nota explicativa nº 19) (i)	(39)
Total	13

(i) No cálculo de IRPJ trimestral foi utilizado retenções do ano, no segundo, terceiro e quarto trimestre.

9. Estoques

	2025	2024
Materiais para iluminação	226	175
Total	226	175

10. Outros créditos

	2025	2024
Adiantamentos a funcionários	2	2
Adiantamento a fornecedores nacionais	9	8
Adiantamento a fornecedores estrangeiros	262	262
Despesas antecipadas	4	3
Adiantamento de lucros (Nota explicativa nº 15.2)	31	-
Total	308	275

11. Ativo intangível - Contratos de concessão

O ativo intangível de contrato de concessão de serviços, são classificados os equipamentos, a mão-de-obra e gastos gerais conforme o contrato de concessão. E o concessionário deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o ICPC-01 – Contratos de Concessão.

	2025	2024
Ativos intangível - contratos de concessão	6.326	7.279
Total	6.326	7.279

Segue movimentação dos ativos de contrato de concessão de serviços:

	Bens reversíveis equipamentos	Mão de obra	Gastos gerais	Total
Saldo em 31/12/2023	7.823	300	162	8.285
Adições	69	-	1	70
(-) Amortização custo do contrato de concessão (i) (Nota Explicativa nº 17)	(1.016)	(39)	(21)	(1.076)
Saldo em 31/12/2024	6.876	261	142	7.279
Adições				
(-) Amortização custo do contrato de concessão (i) (Nota Explicativa nº 17)	(900)	(34)	(19)	(953)
Saldo em 31/12/2025	5.976	227	123	6.326

(i) A duração do contrato de concessão é de 25 anos, porém o cálculo da amortização será realizado no prazo de 10 anos, devido a sua vida útil dos equipamentos e luminárias, e deverão ser substituídos na sua totalidade. As amortizações de Software, seguem o prazo fiscal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

11.1. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constituiu provisão para manutenção tendo objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Resultado	2025	2024
Provisão para manutenção	155	1.000
Reversão provisão para manutenção	(976)	(854)
Total	(821)	146

Passivo	2025	2024
Saldo inicial	1.066	920
Provisão para manutenção (i)	155	1.000
Reversão do exercício	(976)	(854)
Saldo final	245	1.066

(i) Em dezembro de 2024 foi efetuado a provisão de manutenção para o ano de 2025, devido a política de provisão era anual. Em dezembro de 2025, foi efetuado a provisão para manutenção, referente janeiro de 2026, pois a política de provisão foi alterada para mensal. Nota explicativa nº 4.6.

12. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	21	63
Total	21	63

13. Obrigações tributárias

	2025	2024
IRPJ a recolher	122	45
CSLL a recolher	52	18
IRRF a recolher	2	1
Pis e Cofins a recolher	38	-
Tributos e contribuições a recolher	2	1
Total	216	65

13.1 Impostos diferidos

	2025	2024
PIS/Cofins/ISS diferido (Nota explicativa nº 4.2)	38	41
IRPJ/CSLL diferido (Nota explicativa nºs 4.2 e 19)	139	-
Total	177	41

14. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas decorrem substancialmente de contratos de mútuos a pagar, cujas condições são específicas e acordadas entre as partes, as atualizações monetárias seguem a taxa CDI mensal, conforme demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ativo não circulante		
Mútuo a receber		
Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda. (i)	441	-
Total	441	-
Receitas financeiras		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Splice Industria, Comercio e Serviços Ltda.	6	-
Total (Nota Explicativa nº 20)	6	-

(i) Os mútuos a receber partes relacionadas iniciado em 2025.

	2025	2024
Passivo não circulante		
Mútuo a pagar		
Splice Industria, Comercio e Serviços Ltda. (i)	-	850
RT Energia e Serviços Ltda. (i)	-	362
Total	-	1.212

Despesas financeiras

Splice Industria, Comercio e Serviços Ltda.	29	186
RT Energia e Serviços Ltda.	13	80
Total (Nota Explicativa nº 20)	42	266

(i) Os mútuos a pagar partes relacionadas foram quitados em 2025.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Não há remuneração do pessoal-chave da Administração. A Empresa não possui outros tipos de remuneração ou benefícios.

15. Patrimônio líquido**15.1. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2025, o capital Social está subscrito e totalmente integralizado é de 6.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	Participação	Nº por lote de mil ações
Splice Industria, Comercio e Serviços Ltda.	70,00%	4.200
RT Energia e Serviços Ltda.	30,00%	1.800
Total	100,00%	6.000

15.2 Reserva legal e dividendos a pagar

Do lucro líquido apurado no exercício, é deduzido à parcela de 5% para a constituição da reserva legal, e não excederá a 20% do capital social.

Os dividendos a pagar conforme o contrato de concessão, ficará condicionado aos limites fixados pela Lei nº 404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da mesma lei.

Em 2025 foi constituído reserva legal e dividendos a pagar, conforme demonstrado a seguir:

	2025
Prejuízos acumulados	(16)
Lucro do exercício	2.035
Lucro líquido	2.019
Reserva legal 5%	(101)
Dividendos a pagar 25% (i)	(480)
Lucros acumulados	1.438

(i) Foi constituído a provisão de dividendos a pagar de 480. No ano de 2025 foi efetuado a distribuição total dos dividendos a pagar e feito adiantamento de lucros de 31. (Nota explicativa nº 10)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

16. Receitas operacional líquida

	2025	2024
Receitas operacional	4.741	4.118
Receita incorrida e não faturada	19	83
Total receitas bruta	4.760	4.201
Deduções da receita		
PIS	(78)	(68)
Cofins	(360)	(313)
ISS	(186)	(172)
Impostos diferidos	(1)	(7)
Reversão impostos diferidos	4	-
Total receita líquida	4.139	3.641

17. Custo de manutenção de iluminação

	2025	2024
Custo da amortização dos ativos de contrato	953	1.076
Manutenção contrato	976	854
Total	1.929	1.930

18. Despesas administrativas e comerciais

	2025	2024
Auditoria e Consultoria	(24)	(26)
Taxas e despesas legais	(22)	(20)
Instalações	(20)	(20)
Materiais de escritório e informática	(8)	(3)
Publicações	-	(10)
Viagens	(2)	(6)
Multas fiscais - dedutíveis	(26)	(37)
Depreciações	(47)	(47)
Demais serviços terceiros	(3)	(4)
Total	(152)	(173)

19. IRPJ e CSLL

Resultado	2025	2024
IRPJ (Nota Explicativa nº 4.2)	(478)	(249)
CSLL (Nota Explicativa nº 4.2)	(181)	(98)
IRPJ diferidos (Nota Explicativa nº 4.2)	(102)	-
CSLL diferidos (Nota Explicativa nº 4.2)	(37)	-
Total	(798)	(347)

Em 2025 a Companhia é tributada pelo lucro real trimestral. A apuração do IRPJ e CSLL considera o resultado após adições e exclusões do lucro real. A alíquota do IRPJ é de 15% sobre a base de cálculo e a alíquota do adicional é de 10% sobre o que exceder 60 mil no trimestre. A alíquota da CSLL é de 9% sobre a base de cálculo.

Apuração lucro real trimestral	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Lucro antes dos impostos	726	724	740	643	2.833
Adições	18	17	22	167	224
(-) Exclusões	(228)	(234)	(348)	(238)	(1.048)
Base de Cálculo	516	507	414	572	2.009
Alíquota IRPJ 15%	77	76	62	86	301

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Apuração lucro real trimestral	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	Total
Adicional	46	45	35	51	177
IRPJ apurado	123	121	97	137	478
(-) IRRF a recuperar (Nota explicativa nº 8.1)	-	(12)	(12)	(15)	(39)
IRPJ a recolher	123	109	85	122	439
CSLL apurado a recolher (Alíquota 9%)	46	46	37	52	181
IRPJ diferido (Nota explicativa nº 4.2)	-	-	-	102	102
CSLL diferido (Nota explicativa nº 4.2)	-	-	-	37	37
Total de IRPJ e CSLL	169	167	134	328	798

20. Resultado financeiro

	2025	2024
Receita financeira		
Rendimento de aplicações financeiras	21	10
Variação monetária ativa com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	6	-
Variação monetária ativa	13	7
Total	40	17
Despesas financeiras		
Juros passivos	(32)	(8)
Variação monetária passiva com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 14)	(42)	(266)
Despesas bancárias	(3)	(2)
Multas/descontos concedidos/IOF	(6)	(1)
Despesas arrendamento mercantil	(3)	(5)
Total	(86)	(282)
Resultado financeiro	(46)	(265)

21. Instrumentos financeiros**a) Gerenciamento de risco**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura do gerenciamento de risco

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia não tem política de contratar instrumentos financeiros derivativos no gerenciamento desses riscos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis é a seguinte:

	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	6	333	155
Outros créditos	-	277	275
Total		610	430

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados a seguir:

	Notas	2025	2024
Fornecedor	12	21	63
Partes relacionadas a pagar	14	-	1.212
Total		21	1.275

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, como taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração da Companhia. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a Administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa de valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros não derivativos estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

	2025		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	333		
Outros créditos	277		
Total dos ativos financeiros	610		
Fornecedores			21
Partes relacionadas a pagar			-
Total dos passivos financeiros			21

	2024		
	Valor justo	Ativo financeiro ao custo amortizado	Passivo financeiro ao custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa	155	-	-
Outros créditos	275		
Total dos ativos financeiros	430	-	-
Fornecedores	-	-	63
Partes relacionadas a pagar	-	-	1.212
Total dos passivos financeiros	-	-	1.275

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo. Para este fim, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os níveis demonstrados a seguir, observando a importância e relevância dos inputs usados para a mensuração do valor justo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** premissas significativas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia.

Para os empréstimos e financiamentos a Companhia entende que o valor justo corresponde ao seu valor contábil. Eles foram contabilizados pelos valores originais contratados e os juros são contabilizados mensalmente. Por fim, em sua maioria, são representados por operações cuja liquidação pode ser efetuada a qualquer momento (a critério da Companhia) pelo valor contábil e sem ônus.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

Os instrumentos financeiros não derivativos estão classificados conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas a seguir:

2025	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado			Total	Valor justo das demais categorias		Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		Valor justo		
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	333			333		333	333
Outros créditos	277			277		277	277
Passivos							
Partes relacionadas a pagar					-	-	-
Fornecedores					21	21	21

2024	Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado				Total	Valor justo das demais categorias	Valor justo	Valor contábil
	Nível 1	Nível 2	Nível 3					
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	155	-	-	155	-	155	155	
Outros créditos	275	-	-	275	-	275	275	
Passivos								
Partes relacionadas a pagar	-	-	-	-	1.212	1.212	1.212	
Fornecedores	-	-	-	-	63	63	63	

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros foram determinados conforme descrito a seguir:

- As disponibilidades em conta corrente têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

22. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém cobertura de seguros para cobrir eventuais riscos do contrato de concessão e os riscos sobre seus ativos. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância segurada
Risco operação setor público	3.072
Total	3.072

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza e peculiaridade, não foram auditadas por nossos auditores independentes.

23. Contingência

Em dezembro de 2025, não há provisões de contingências, pois até o momento inexistem processos civis, tributários e trabalhistas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais)

24. Transações que não afetam caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2025	2024
Constituição de reserva legal		
Lucros acumulados	(101)	-
Reserva legal	101	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	-

25. Eventos subsequentes

Em 27 de fevereiro de 2026, a companhia realizou um adiantamento de lucros no valor total de R\$ 331 mil, proporcional a participação de cada acionista. A administração da companhia reafirma seu compromisso com a transparência e a conformidade legal, garantindo que o adiantamento de lucros não comprometa a saúde financeira da empresa. A empresa assegura que todas as informações relevantes foram divulgadas nas demonstrações financeiras.

* * *

Antonio Roberto Beldi
Diretor

Edivaldo Ferreira Portela
Contador CRC 1SP 128744/O-3

João Paulo Casimiro Costa
Diretor